

#### Ata n.º 146 / XIII / 4.ª SL

Aos dezasseis dias do mês de setembro de 2018, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, tendo a seguinte,

### Ordem do Dia:

#### 1.ª Parte:

- 1. Informações gerais
- 2. Apreciação e votação do Parecer de assentimento para a deslocação de Sua Excelência o Presidente da República, a Paris, na República Francesa de 10 a 11 de novembro de 2018.
- 3. Apreciação e votação do Parecer da Proposta de Resolução n.º 72/XIII/3.ª Aprova o Protocolo ao Tratado para a Antártida sobre a Proteção do Meio Ambiente, adotado em Madrid em 4 de outubro de 1991.
  - Deputado autor do parecer: Pedro Alves (PSD)
- 4. Apreciação e votação do Parecer da Proposta de Resolução n.º 74/XIII/3.ª Aprova a Decisão (UE, Euratom) 2018/994 do Conselho de 13 de julho de 2018 que altera o Ato relativo à eleição dos membros do Parlamento Europeu por sufrágio universal direto, anexo à Decisão 76/787/CECA, CEE, Euratom do Conselho de 20 de setembro de 1976
  - Deputado autor do parecer: Carlos Gonçalves (PSD)
- Distribuição de iniciativas legislativas e nomeação dos autores dos pareceres:

Proposta de Resolução n.º 77/XIII/4ª - Aprova o Tratado de Extradição entre a República Portuguesa e a República Oriental do Uruguai, assinado em Lisboa, em 25 de outubro de 2017.

Deputado(a) autor (a) do parecer: PS



<u>Proposta de Resolução n.º 78/XIII/4ª</u> - Aprova o Terceiro Protocolo Adicional à Convenção Europeia de Extradição, aberto a assinatura em Estrasburgo, em 10 de novembro de 2010.

Deputado(a) autor (a) do parecer: BE

Proposta de Resolução n.º 79/XIII/4ª - Aprova o Quarto Protocolo Adicional à Convenção Europeia de Extradição, aberto a assinatura em Viena, em 20 de setembro de 2012.

Deputado(a) autor (a) do parecer: CDS-PP

- 6. Análise e aprovação do orçamento da Comissão para a 4.ª Sessão Legislativa
- 7. Aprovação de Atas:

Ata n.º 144/XIII/4ª de 25 de setembro de 2018

- 8. Outros assuntos
- 2.ª Parte:

§ Audição do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros (reservado) - 17h00

1

Foi dado início à sessão, presidida pelo senhor **Presidente da Mesa, Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS)**, que deu as boas-vindas aos Senhores Deputados presentes.

### Primeira parte

No **primeiro ponto** da ordem do dia, o Senhor **Presidente** informou do seguinte:

·A Comissão receberá em audição, na próxima sessão da Comissão (23 de outubro, pelas 15.30h), o Prof. José Félix Ribeiro, acerca da temática da segurança energética global e a geopolítica dos hidrocarbonetos. O convidado fará uma apresentação sobre o tema, seguida de debate.



De sublinhar que a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas (6.ª Com.) decidiu associar-se a esta iniciativa.

- ·Baixaram à CNECP, para elaboração dos respetivos pareceres, até 23 de outubro próximo, as Propostas de Lei números:
  - 155/XIII/4.ª "Aprova as Grandes Opções do Plano para 2019";

Deputado autor do parecer: CDS; e

- 156/XIII/4.ª "Aprova o Orçamento do Estado para 2019"

Deputado autor do parecer: PSD;

No Ponto 2. da OD, foi lido o projeto de parecer da Comissão acerca do pedido de assentimento para deslocação do Senhor Presidente da República a frança, a 10 e 11 de novembro próximo.

Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, tendo-se registado a ausência do BE.

No Ponto 3., foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Pedro Alves (PSD), para apresentação do seu parecer acerca da Proposta de Resolução em título. Começou o senhor Deputado por enquadrar técnica e tematicamente a matéria em causa, tendo seguidamente efetuado uma breve resenha histórica e substantiva do tratamento jurídico internacional que tinha vindo a ser conferido à mesma. Sublinhou, depois, que o presente instrumento vem viabilizar a uniformização do direito internacional aplicável no âmbito dos ilícitos ocorridos na aviação civil, fazendo todo o sentido que Portugal assine e ratifique o Acordo em presença. Referiu, em conclusão, que a presente Proposta reunia todas as condições para ser apresentada e votada em Plenário.

Não se tendo registado quaisquer intervenções, foi o parecer submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, com a ausência do BE.

Transitados para o Ponto 4., pediu a palavra o senhor Deputado José Cesário (PSD) para requerer o adiamento da discussão deste parecer, tendo em conta a necessidade de obtenção de informação adicional no âmbito da iniciativa, designadamente, da remessa



pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de um exemplar da Declaração Unilateral aposta à assinatura do Acordo em apreço por parte de Portugal, a qual não havia sido oportunamente disponibilizada.

Confirmou o Senhor Presidente a diligência efetuada pelos Serviços da Comissão no sentido e com a finalidade acima referidas, pelo que, tendo sugerido o adiamento da discussão do parecer alusivo a esta Proposta, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

No **Ponto 5. da OD**, foram distribuídas, para escrutínio, as Propostas de Resolução números:

- 77/XIII/4.a: Deputada Joana Lemos (PS);
- 78/XIII/4.<sup>a</sup>: O BE não esteve presente no momento da distribuição, pelo que indicará mais tarde o autor(a) do parecer;
- 79/XIII/4.ª: Embora coubesse ao CDS/PP, vai a Comissão, na ausência de representante do BE, e atenta a familiaridade desta matéria com a referida na Proposta anterior, solicitar ao BE a respetiva acumulação, com o consequente rearranjo da escala aplicável.

No **Ponto 6.,** foi apresentada a proposta de Orçamento da Comissão para a 4.ª Sessão Legislativa. Não tendo sido suscitada qualquer dúvida ou questão, foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos Deputados presentes, com a ausência do BE.

No Ponto 7., foi lida a ata n.º 144, de 25 de setembro de 2018, a qual, uma vez submetida a votação, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes, tendo-se registado a ausência do BE.

Finda a primeira parte da sessão, foi a mesma interrompida por 5 minutos, a fim de receber o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros.



Segunda parte.

Deu o Senhor Presidente início à audição do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, que se fez acompanhar pelo Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, a quem deu as boas vindas, em nome da Comissão.

Antes do início desta parte dos trabalhos, solicitou aos Serviços a verificação da condição de reserva de realização dos trabalhos. Uma vez confirmada tal condição, foi relembrada a metodologia adotada para o decurso da audição, tendo de imediato sido dada a palavra ao Senhor Ministro para a sua alocução inicial.

Atenta a reserva, não se reproduzem na presente Ata quaisquer das intervenções efetuadas. Refere-se, apenas, terem intervindo, além dos membros do Governo presentes, os Senhores Deputados, José Cesário (PSD), Paulo Pisco (PS), Pedro Filipe Soares (BE), António Gonçalves Pereira (CDS/PP), Carla Cruz (PCP), Paulo Neves (PSD) e Carlos Páscoa (PSD).

//	

Inexistindo outras questões a abordar, a reunião foi encerrada pelas dezanove horas, dela sendo lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

A primeira parte da presente reunião foi gravada em áudio podendo o registo áudio ser consultado <u>aqui</u>.

Palácio de São Bento, 16 de outubro de 2018,

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)



## Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Isabel Santos
Jamila Madeira
Joana Lima
João Gonçalves Pereira
José Cesário
Lara Martinho

Maria Manuel Rola Nuno Magalhães

Odete João

Paulo Neves

Paulo Pisco

Pedro Filipe Soares

Rui Silva

Sérgio Azevedo

Sérgio Sousa Pinto

Adão Silva

Berta Cabral

Fernando Jesus

Maria da Luz Rosinha

Pedro Alves

Rubina Berardo

Telmo Correia

### Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões João Oliveira Paula Teixeira da Cruz Porfírio Silva Ricardo Baptista Leite

И

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão ocorrida em 23 de outubro de 2018